

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO ENSINO SUPERIOR: TENSÕES ENTRE AUTORIA, ÉTICA E MEDIÇÃO INSTITUCIONAL

Hellen Regina Moura de Souza¹

Priscila Costa Santos²

André Felipe Costa Santos³

Patricia Diana Edith Belfort de Souza Camargo Ortiz

Monteiro⁴

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como estudantes do Ensino Superior compreendem as implicações éticas do uso da Inteligência Artificial Generativa em atividades acadêmicas, com ênfase nas questões de autoria, plágio e integridade acadêmica. Trata-se de pesquisa realizada com

¹ Universidade Estácio de Sá (UNESA). Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2604-6994> E-mail: moourahellen@gmail.com.

² Universidade Estácio de Sá (UNESA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0929-698X> E-mail: pricostasantos@gmail.com.

³ Universidade Estácio de Sá (UNESA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6139-5603> E-mail: andrefelipecostasantos@gmail.com.

⁴ Universidade Estácio de Sá (UNESA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2944-9050> E-mail: patricia.ortiz@unitau.br.



132 discentes, por meio de questionário on-line e análise pelo Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados indicam reflexão ética sobre plágio, vieses, confiabilidade e autoria, mas também baixa formação formal sobre Inteligência Artificial, evidenciando lacuna institucional na promoção da integridade acadêmica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Ética; Ensino Superior; Integridade Acadêmica; Discurso do Sujeito Coletivo.

GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN HIGHER EDUCATION: TENSIONS BETWEEN AUTHORSHIP, ETHICS AND INSTITUTIONAL MEDITATION

Abstract: The present article aims to analyze how higher education students understand the ethical implications of using generative artificial intelligence in academic activities, with an emphasis on issues of authorship, plagiarism, and academic integrity. This is conducted with 132 students, through an online questionnaire and analysis using the Discourse of the Collective Subject method. The results indicate ethical reflection on plagiarism, biases, reliability, and authorship, but also low formal training on Artificial Intelligence, highlighting an institutional gap in promoting academic integrity.

Keywords: Generative Artificial Intelligence; Ethics; Higher Education; Academic Integrity; Discourse of the Collective Subject.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial Generativa (IAG), ferramenta que utiliza modelos de linguagem e geração de conteúdos, possibilitando ao usuário a criação de textos, leitura e síntese, criação de imagens e vídeos etc., vem ganhando protagonismo na vida acadêmica dos discentes do Ensino Superior. Esse

movimento faz parte de um processo maior de transformação digital na educação, onde as tecnologias têm mudado a percepção de potenciais da educação. A trajetória das tecnologias no campo educacional tem passado por diversas fases ao longo do tempo. Conforme apontam Almeida Neto, Mello e Petrillo (2002, p. 78), a chamada “Educação 5.0” configura-se como uma perspectiva inovadora, na qual a tecnologia assume um papel fundamental no processo educativo, possibilitando a personalização do ensino conforme as necessidades específicas de cada estudante. Essa abordagem ultrapassa a mera digitalização de conteúdos, propondo mudanças significativas na maneira como o conhecimento é construído e compartilhado.

No que se refere aos efeitos das tecnologias na aprendizagem, diferentes estudos evidenciam seus potenciais benefícios. Segundo Lévy (2008, p. 62), “a cibercultura oferece um ambiente repleto de informações e interações, favorecendo a construção do conhecimento de forma mais ativa e colaborativa”. O amplo acesso a recursos disponíveis na internet, aliado às possibilidades de interação em projetos educacionais, contribui para tornar a experiência de aprendizagem mais rica e significativa.

Preocupações éticas emergem com o avançar da tecnologia, com isso a necessidade de uma nova forma de capacitar em rede, expandindo a realidade virtual e aumentada, incluindo blockchain (forma de segurança criptografada) na educação, cenário que muda a forma como o conhecimento é produzido, as estratégias de estudo e a maneira como estudantes e saberes interagem.

A inserção da Inteligência Artificial Generativa ao contexto acadêmico do Ensino Superior produz os desafios éticos que envolvem criação e normas institucionais de sua utilização, transparência, responsabilidade, envolvendo ainda reflexão sobre o uso responsável da tecnologia, considerando suas implicações na criticidade dos discentes, na produção do

conhecimento e na integridade acadêmica. Tais questões apareceram como principais preocupações dos discentes do Ensino Superior na dissertação intitulada “Ética e Inteligência Artificial na Educação: Desafios e possibilidades para os discentes do Ensino Superior” (Souza, 2026) na qual os discentes demonstraram necessidade de normas de regulação mais claras e posicionamento das instituições de Ensino Superior.

Entre os principais pontos de tensão com relação à autoria, plágio e aprendizagem destacaram-se a utilização da Inteligência Artificial Generativa na produção de textos acadêmicos desafiando as formas tradicionais de autoria, a dúvida sobre como mencionar (ou não) a coautoria híbrida com Inteligência Artificial Generativa. Carvalho, Pimentel e Silveira (2024) levantaram um questionamento sobre a era da autoria híbrida, na qual todas as pessoas passarão a cocriar com a IAG: se esse cenário vai demandar ou não citar a utilização de Inteligência Artificial Generativa nas referências. Chegando à conclusão de que sim, por questões éticas; enquanto vivemos um período de transição, sendo assim, devemos reconhecer a coautoria da IAG explicitando suas contribuições para a obra. E para entender o significado de cocriação temos a seguinte descrição:

‘Co-cri-IA-ção’: Um esforço colaborativo real envolvendo, mais ou menos igualmente, o humano e a IA generativa, com reconhecimento das contribuições de cada parte. Isso pode ser chamado de criatividade aumentada porque o resultado é fruto de uma hibridização que não seria possível por humanos ou IA sozinhos. Essa colaboração é considerada o futuro ideal. (Vinchon et al., 2023, p. 476)

Outro aspecto relevante refere-se aos riscos associados à confiabilidade das informações produzidas por sistemas de Inteligência Artificial Generativa e às implicações para a integridade acadêmica. Embora essas ferramentas sejam capazes de gerar conteúdos coerentes e bem estruturados, também apresentam limitações relacionadas à produção de informações imprecisas, referências inexistentes e vieses algorítmicos. Nesse sentido, o uso acrítico da tecnologia pode comprometer a qualidade dos trabalhos acadêmicos, exigindo dos estudantes habilidades de verificação, validação e análise crítica das informações obtidas. E nesse sentido, reafirmamos que o estudante é tão autor quanto a IAG, pois quem será responsabilizado pela revisão será ele.

Nesse cenário, os conceitos de autoria e ética deixam de constituir apenas categorias normativas para assumirem papel analítico na compreensão das transformações provocadas pela Inteligência Artificial Generativa no Ensino Superior. A possibilidade de sistemas inteligentes participarem da elaboração de textos, da organização de argumentos e da produção de conhecimentos desafia concepções historicamente consolidadas sobre autoria, responsabilidade intelectual e autonomia acadêmica. Assim, discutir a IAG à luz da Educação em Direitos Humanos implica compreender como os estudantes significam essas transformações e de que maneira articulam, em seus discursos, princípios como responsabilidade, transparência, integridade científica e cidadania digital.

Apesar da crescente presença da Inteligência Artificial Generativa no cotidiano do Ensino Superior, a dissertação intitulada: “Ética e Inteligência Artificial na Educação: Desafios e possibilidades para os discentes do Ensino Superior” (Souza, 2026) mostrou em seu levantamento de dados uma lacuna no que se refere à formação discente e à existência de diretrizes institucionais claras para o seu uso. Os estudantes que responderam ao questionário construíram suas práticas a

partir de experiências individuais, sem orientação sistematizada ou apoio pedagógico das instituições. Essa ausência de mediação institucional contribui para a ampliação de incertezas quanto aos limites éticos do uso da tecnologia, especialmente no que diz respeito à autoria, ao plágio e à responsabilidade sobre o conteúdo produzido.

Em que medida as percepções discentes sobre o uso da Inteligência Artificial Generativa revelam tensões entre autoria, integridade acadêmica e ausência de mediação institucional no Ensino Superior? O objetivo desse texto consiste em analisar as compreensões discentes acerca dos desafios éticos relacionados à autoria, ao plágio, à confiabilidade das informações e à integridade acadêmica. Para tanto, o artigo organiza-se em três seções. A primeira traz a introdução, o problema de pesquisa e o objetivo. A segunda, apresenta a metodologia e a terceira, trata do uso da Inteligência Artificial Generativa no Ensino Superior, autoria e plágio e demandas institucionais. No artigo a análise dos dados feita a partir do Discurso do Sujeito Coletivo o qual, de acordo com Lefèvre e Lefèvre (2003), une diversas respostas de depoimentos coletados em pesquisas de opinião por meio de questões abertas findando em depoimentos coletivos veiculando uma determinada opinião ou posicionamento.

Parte-se do pressuposto de que os discursos produzidos pelos estudantes não apenas expressam opiniões sobre uma tecnologia emergente, mas também revelam modos de compreender a produção do conhecimento, a responsabilidade acadêmica e o papel das instituições universitárias na mediação dessas transformações. Nessa perspectiva, autoria, ética e mediação institucional constituem categorias interpretativas que orientam a análise dos Discursos do Sujeito Coletivo desenvolvida neste estudo.

MÉTODOS

A investigação adotou abordagem de pesquisa qualitativa (Bauer; Gaskell, 2017), por buscar compreender os sentidos atribuídos por estudantes do Ensino Superior ao uso da Inteligência Artificial Generativa em atividades acadêmicas, com ênfase nas implicações éticas relacionadas à autoria, ao plágio e à integridade acadêmica. Na dissertação (Souza, 2026) da qual esse artigo é um recorte, o objetivo consistiu em analisar como os discentes do Ensino Superior utilizam ferramentas de IAG em suas atividades acadêmicas e quais desafios éticos emergem desse uso, com ênfase na autoria, na originalidade e na produção do conhecimento.

A produção dos dados foi realizada por meio de questionário online, elaborado no Google Forms e divulgado por WhatsApp, com apoio da técnica de amostragem em bola de neve. De acordo com Vinuto (2014), a técnica bola de neve trata-se de uma estratégia de amostragem não probabilística particularmente útil em pesquisas sociais nas quais o acesso aos participantes ocorre por redes de contato, indicações sucessivas e circulação entre grupos de interesse. Nessa modalidade, um primeiro conjunto de participantes colabora na divulgação do instrumento, permitindo a ampliação gradual da amostra. Tal procedimento mostrou-se adequado ao presente estudo, uma vez que favoreceu o alcance de estudantes de diferentes níveis de formação e regiões do país.

O instrumento, de caráter misto, foi composto por 25 questões, distribuídas em blocos temáticos: perfil socioeconômico, associação livre de palavras, integração da IAG na vida acadêmica, questões éticas, políticas públicas e regulação e cenário prático. Para este artigo, foi selecionado o bloco referente às questões éticas, por concentrar respostas ligadas à consciência discente sobre plágio, autoria, vieses, confiabilidade das respostas e orientação institucional acerca do uso da IAG no contexto universitário.

Participaram da pesquisa 132 discentes do Ensino Superior, distribuídos entre graduação, especialização lato sensu, mestrado e doutorado. Em relação ao sexo, 74% dos respondentes se identificaram como do sexo feminino e 26% como do sexo masculino. Quanto à faixa etária, 77,1% tinham 30 anos ou mais; 6,9% estavam entre 28 e 30 anos; 6,1% entre 25 e 27 anos; 5,3% entre 22 e 24 anos; e 4,6% entre 18 e 21 anos. Houve predominância de participantes da região Sudeste (81,7%), seguida do Nordeste (6,1%), do Centro-Oeste (5,3%), do Sul (3,8%) e do Norte (3,1%). A amostra também reuniu estudantes em diferentes momentos da trajetória formativa, com presença expressiva de participantes em etapas intermediárias e finais dos cursos, aspecto relevante para a análise das relações entre uso da IAG, produção textual e integridade acadêmica.

No que se refere à distribuição dos participantes segundo o nível de formação e o momento do percurso acadêmico, adotou-se a classificação: “fase inicial”, “fase intermediária” e “fase final”. Entende-se por fase inicial o período de ingresso e adaptação ao curso; por fase intermediária, o momento de desenvolvimento regular da formação, com maior inserção nas atividades curriculares; e por fase final, a etapa de conclusão, geralmente associada à intensificação de atividades de pesquisa, produção textual e elaboração de trabalhos acadêmicos finais. A partir dessa categorização, observou-se, na graduação, a participação de aproximadamente 15 estudantes na fase inicial, 22 na fase intermediária e 17 na fase final. Na pós-graduação lato sensu, registraram-se dois participantes na fase inicial, dez na fase intermediária e 25 na fase final. No mestrado, identificaram-se seis estudantes na fase inicial, 11 na fase intermediária e 18 na fase final. No doutorado, participaram seis estudantes na fase inicial, seis na fase intermediária e três na fase final. Esses dados evidenciam a presença de discentes em diferentes momentos da trajetória

formativa, com maior concentração nas fases intermediária e final dos cursos.

Figura 1: Categorização Sociodemográfica da Análise.

Categorização Sociodemográfica da Análise			
Variável	Tipo	N	%
Sexo	Feminino	98	74
	Masculino	34	26
Faixa Etária	> 30 anos	102	77,3
	28 a 30 anos	9	6,8
	25 a 27 anos	8	6,1
	22 a 24 anos	7	5,3
	18 a 21 anos	6	4,5
Região	Sudeste	108	81,8
	Nordeste	8	6,1
	Centro-Oeste	7	5,3
	Sul	5	3,8
	Norte	4	3
Percurso Acadêmico	Inicial	32	24
	Intermediário	46	36
	Final	54	41

Fonte: Os autores.

A análise dos dados foi conduzida com base na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposta por Lefèvre e Lefèvre (2003). Segundo os autores, o DSC consiste em um procedimento de organização e tratamento de dados qualitativos que busca reconstruir, em forma de discurso-síntese, o pensamento de uma coletividade como se essa se expressasse por uma única voz. Nessa perspectiva, a técnica permite apreender representações sociais compartilhadas, sem reduzir a análise à simples justaposição de falas individuais.

Operacionalmente, o método envolve três movimentos principais: a identificação das Expressões-Chave (ECh), isto é,

trechos literais dos depoimentos que condensam seu conteúdo essencial; a formulação das Ideias Centrais (IC), que sintetizam o sentido presente nessas expressões; e, por fim, a elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo, redigido na primeira pessoa do singular para representar a voz coletiva dos participantes. Tal procedimento mostrou-se adequado ao objetivo do estudo, por possibilitar a explicitação dos sentidos compartilhados pelos estudantes sobre ética, autoria, plágio e integridade acadêmica no uso da Inteligência Artificial Generativa.

No plano ético, por utilizar seres humanos para a coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, o qual defende os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. A estimativa inicial era contar com cerca de 30 a 50 respondentes, todos discentes do Ensino Superior de diversas áreas, que utilizassem tecnologias digitais e IAG em sua vida acadêmica. Esse número havia sido definido para garantir uma variedade de opiniões, possibilitando uma compreensão mais fidedigna dos impactos e desafios relacionados ao uso dessas tecnologias no ambiente universitário. Entretanto, o número de respostas superou as expectativas, como já referido.

ÉTICA NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

A análise da seção referente à consciência ética indica que os estudantes reconhecem implicações éticas no uso da Inteligência Artificial Generativa em atividades acadêmicas. Os dados mostram que 59,8% dos participantes afirmaram refletir frequentemente sobre os riscos éticos associados ao uso dessas tecnologias, enquanto 29,5% declararam fazê-lo às vezes, totalizando 89,3% dos respondentes. Em contrapartida, apenas 9,8% informaram ter tido acesso a aulas, cursos ou

orientações formais sobre o tema, o que evidencia uma diferença entre a recorrência da reflexão ética e a baixa incidência de formação institucional específica.

A ética, nesse contexto, pode ser compreendida em articulação com responsabilidade, criticidade e mediação tecnológica no campo educacional. Freire (1996) contribui para essa discussão ao defender que a prática educativa exige posicionamento crítico diante das transformações sociais e técnicas. No caso da Inteligência Artificial Generativa, essa compreensão permite situar a ética não apenas como observância de normas, mas como análise das implicações do uso tecnológico na aprendizagem, na produção do conhecimento e na atuação discente no espaço acadêmico. Garcia (2020) amplia essa discussão ao situar a ética da inteligência artificial no campo da responsabilidade humana frente aos efeitos sociais e educacionais da tecnologia, aspecto que permite interpretar os dados da pesquisa como indício de que os estudantes reconhecem que o uso da IAG envolve escolhas e consequências que ultrapassam o plano meramente instrumental.

A compreensão da ética, entretanto, não se restringe à observância de normas ou à responsabilização individual pelo uso da tecnologia. A incorporação da Inteligência Artificial ao contexto acadêmico desloca a própria compreensão do agir ético, que passa a envolver decisões relacionadas à transparência no uso da ferramenta, à validação crítica das informações produzidas, à explicitação da participação da IAG na elaboração dos trabalhos e ao compromisso com a integridade do processo formativo. Nesse sentido, mais do que responder se é correto ou incorreto utilizar IAG, a questão ética passa a incidir sobre as condições em que esse uso preserva a autonomia intelectual, a produção do conhecimento e a responsabilidade acadêmica.

As respostas analisadas permitem compreender a ética no uso da Inteligência Artificial Generativa a partir de quatro

dimensões articuladas: reflexão sobre o uso da tecnologia, confiabilidade e vieses das respostas, limites entre apoio e substituição cognitiva e necessidade de mediação institucional. A primeira dimensão refere-se à reflexão sobre o uso da tecnologia, expressa no alto percentual de estudantes que afirmam pensar com frequência sobre os riscos éticos da IAG. Esse dado indica que os discentes não utilizam a ferramenta de maneira inteiramente acrítica, mas reconhecem que sua incorporação às atividades acadêmicas interfere nos modos de estudar, escrever, pesquisar e validar informações. Santaella (2021) contribui para essa leitura ao destacar que as tecnologias inteligentes reconfiguram modos de cognição, circulação da informação e produção de sentido na cultura digital, permitindo compreender que a reflexão ética discente se vincula tanto às práticas de uso quanto às transformações produzidas pela própria tecnologia no ambiente acadêmico.

A segunda dimensão diz respeito à confiabilidade e aos vieses das respostas. As preocupações com informações imprecisas, referências falsas, fake news e conteúdos produzidos sem base verificável aparecem de forma recorrente na seção analisada, indicando que a ética, para os participantes, não se restringe ao problema do plágio, mas alcança também a qualidade e a validade do conhecimento produzido com auxílio da IAG. Como evidencia no Discurso do Sujeito Coletivo:

Nem sempre a IA traz conteúdos confiáveis. Há o risco de recebermos informações falsas, dados inventados ou sem base científica. Isso compromete a qualidade dos trabalhos e pode confundir os estudantes. A falta de fontes ou embasamento é um problema grave, principalmente em ambiente acadêmico, que exige rigor. (DSC, 2025)

O DSC (2025) revela que a principal preocupação discente não reside apenas na possibilidade de erro técnico da ferramenta, mas na confiança depositada no conhecimento produzido por sistemas de Inteligência Artificial Generativa. Em outras palavras, o desafio desloca-se para a necessidade de validação epistemológica das informações utilizadas na produção acadêmica. A confiabilidade passa, assim, a depender menos da capacidade da tecnologia de produzir respostas plausíveis e mais da competência do estudante para verificar, confrontar e justificar criticamente os conteúdos incorporados ao seu trabalho.

Essa discussão pode ser relacionada a Schmidhuber (2015), ao destacar que sistemas de inteligência artificial operam com base em reconhecimento de padrões e processamento estatístico, e a Romero e Ventura (2017), ao evidenciarem limites dos processos automatizados de tratamento da informação. Também Grané (2024) contribui para essa análise ao problematizar a inserção da IAG no Ensino Superior e os riscos decorrentes da confiança pouco crítica em sistemas automatizados. Em conjunto, essas formulações ajudam a compreender por que os estudantes associam a ética à necessidade de revisão, checagem e validação do conteúdo gerado antes de sua incorporação a atividades acadêmicas.

A terceira dimensão envolve os limites entre apoio e substituição cognitiva. As respostas dos participantes fazem referência à dependência cognitiva, ao comodismo e à superficialização da aprendizagem, apontando preocupação com a possibilidade de a IAG ocupar o lugar de processos intelectuais próprios da formação acadêmica. Como evidencia no Discurso do Sujeito Coletivo:

O uso excessivo da IA pode desvalorizar o esforço humano. Tenho medo de que isso afete a formação profissional e até o mercado de trabalho, já que muitas tarefas passam a ser feitas por máquinas. E se a IA começar a superar o conhecimento humano em certas áreas? Precisamos refletir

sobre os limites e o papel da inteligência humana nesse cenário. (DSC, 2025)

Mais do que expressar receio em relação ao avanço tecnológico, esse discurso evidencia uma preocupação com a preservação dos processos formativos característicos da educação superior. A aprendizagem é compreendida pelos estudantes como resultado de atividades intelectuais que envolvem leitura, interpretação, argumentação, reflexão e elaboração própria. Assim, o uso da Inteligência Artificial Generativa passa a ser problematizado não apenas pelo que produz, mas pelo impacto que pode exercer sobre a formação da autonomia intelectual.

Nesse ponto, Pimentel e Carvalho (2023) permitem analisar o uso educacional do ChatGPT para além de uma lógica dicotômica entre aceitação e recusa, mostrando que a questão central reside nos modos de apropriação pedagógica e acadêmica dessas ferramentas. De forma complementar, Pimentel, Carvalho e Silveira (2024) discutem a noção de co-cri-IA-ção, indicando que a interação entre humano e IA pode assumir caráter colaborativo, desde que sejam reconhecidos os limites da participação tecnológica e a centralidade da responsabilidade humana. Essa perspectiva contribui para interpretar os dados da pesquisa na fronteira entre apoio legítimo à organização do pensamento e substituição de operações intelectuais que integram a formação universitária. Essa compreensão pode ser aprofundada à luz da noção de função-autor proposta por Foucault (2007). Para o filósofo, a autoria não corresponde simplesmente à identificação daquele que escreve um texto, mas constitui uma função discursiva produzida historicamente, responsável por atribuir responsabilidade, legitimidade e modos específicos de circulação aos discursos. Nessa perspectiva, a autoria não é uma propriedade natural do sujeito, mas um princípio de organização social do discurso. A incorporação da Inteligência Artificial Generativa aos processos de escrita acadêmica não

elimina essa função; ao contrário, exige sua resignificação, uma vez que a responsabilidade pela produção, validação e utilização do conhecimento continua sendo atribuída ao sujeito que mobiliza a tecnologia.

A quarta dimensão refere-se à necessidade de mediação institucional. Os dados mostram que, embora a reflexão ética seja expressiva, apenas 9,8% dos estudantes relataram ter recebido orientação formal sobre o uso ético da IAG. Essa assimetria sugere que grande parte dessa elaboração vem sendo construída por experiências individuais, usos cotidianos da tecnologia e trocas entre colegas, e não por ações pedagógicas sistematizadas no interior da universidade. O DSC (2025) explicita esse ponto ao afirmar:

A IA chegou rápido e ainda não sabemos exatamente como usá-la de forma ética. Falta uma regulamentação clara e orientações dentro das universidades. Em vez de punir estudantes, deveríamos ser orientados sobre como usar a ferramenta com responsabilidade. Hoje há julgamentos precipitados e até injustiças na avaliação do uso da IA. (DSC, 2025).

Esse discurso evidencia que, na percepção discente, a ética no uso da Inteligência Artificial Generativa não depende apenas da conduta individual, mas também da existência de critérios institucionais, orientação pedagógica e maior clareza normativa. Moran, Massetto e Behrens (2012) contribuem para essa leitura ao afirmar que o conhecimento pode ser acessado em múltiplos espaços, mas que a escola e a universidade exercem papel decisivo na interpretação, contextualização e problematização das informações. Nessa mesma direção, Bittencourt e Costa (2020) ressaltam que a formação crítica em ambientes digitais exige compreender o funcionamento dos algoritmos e seus efeitos sobre a produção do conhecimento,

o que reforça a necessidade de diretrizes pedagógicas mais claras para o uso da IA no Ensino Superior.

A discussão sobre mediação institucional pode ser ainda ampliada por Sobrinho (2023), ao relacionar ética, inteligência artificial e proteção de direitos, chamando atenção para a necessidade de regulação e de definição de parâmetros institucionais de uso. No contexto dessa pesquisa, tal formulação permite compreender que a ausência de diretrizes acadêmicas mais claras tende a deslocar para os estudantes a responsabilidade de construir, de forma individual, critérios para lidar com temas complexos, como autoria, plágio, confiabilidade e integridade acadêmica. Também Bittencourt e Costa (2020) contribuem para essa análise ao defenderem que a formação crítica em ambientes digitais exige compreensão do funcionamento dos algoritmos e de seus efeitos sobre a produção do conhecimento. Os dados da pesquisa sugerem, nesse sentido, que os estudantes identificam riscos éticos associados ao uso da Inteligência Artificial Generativa, mas esse reconhecimento não implica, necessariamente, domínio conceitual aprofundado sobre a tecnologia ou sobre seus desdobramentos acadêmicos mais amplos.

Os resultados permitem compreender que a reflexão ética identificada entre os estudantes não decorre, predominantemente, de processos formativos promovidos pelas instituições de Ensino Superior, mas de experiências individuais construídas no contato cotidiano com a tecnologia. Essa constatação desloca o debate da responsabilização exclusiva do estudante para a responsabilidade compartilhada entre sujeitos e instituições. Assim, a ética deixa de ser compreendida apenas como atributo individual e passa a configurar-se como competência que necessita ser desenvolvida por meio de processos educativos sistemáticos, capazes de articular conhecimento técnico, reflexão crítica e compromisso com a integridade acadêmica.



AUTORIA E PLÁGIO EM ATIVIDADES ACADÊMICAS MEDIADAS POR IAG

A discussão sobre autoria e plágio ocupa lugar central nas percepções discentes acerca do uso da Inteligência Artificial Generativa em atividades acadêmicas. Na seção referente à consciência ética, os participantes mencionam, de forma recorrente, preocupações com plágio, limites da autoria, confiabilidade do conteúdo produzido e responsabilidade pelo texto final. Os dados mostram que 59,8% dos respondentes afirmaram refletir frequentemente sobre os riscos éticos da IAG e 29,5% declararam fazê-lo às vezes, totalizando 89,3% dos participantes. Esse resultado indica que a incorporação da IAG ao cotidiano universitário tem mobilizado questionamentos consistentes sobre os limites do uso acadêmico dessas ferramentas.

No conjunto dos discursos, o eixo “plágio e autoria” aparece de modo explícito no Discurso do Sujeito Coletivo, no qual os estudantes afirmam:

O que mais me preocupa é o plágio. Muitos estudantes podem copiar respostas prontas da IA sem entender ou refletir sobre o conteúdo. Isso compromete a autoria, a honestidade acadêmica e esvazia o processo de aprendizagem. A IA pode ser usada como apoio, mas usá-la como atalho para burlar o esforço acadêmico é antiético. A linha entre inspiração e cópia se torna cada vez mais tênue, e isso precisa ser discutido com clareza nas instituições. (DSC, 2025).

Sob a perspectiva da função-autor proposta por Foucault (2007), esse discurso revela que a preocupação dos estudantes não se limita à identificação de quem produziu materialmente

determinado texto. O que permanece em evidência é a responsabilidade pelo discurso apresentado. Ainda que a Inteligência Artificial Generativa participe da elaboração textual, a função-autor continua sendo atribuída ao estudante, que responde pela seleção das informações, pela validação do conteúdo e pela legitimidade acadêmica da produção apresentada.

Esse DSC (2025) explicita que, para os participantes, o problema não se reduz à reprodução textual, mas alcança a relação entre elaboração própria, compromisso com a aprendizagem. O discurso evidencia que os estudantes não associam autoria apenas à produção material do texto, mas à responsabilidade intelectual sobre aquilo que é apresentado como conhecimento acadêmico. A preocupação manifestada ultrapassa a identificação de quem escreveu determinado trecho e alcança o compromisso com a elaboração crítica, a compreensão do conteúdo e a legitimidade do processo de produção do conhecimento. Essa compreensão aproxima-se da noção de função-autor ao reafirmar que a autoria permanece vinculada à responsabilidade pelo discurso, ainda que sua elaboração seja parcialmente mediada por sistemas de Inteligência Artificial Generativa.

A autoria pode ser compreendida para além da ideia de propriedade individual do texto. Foucault (2007), ao discutir a função-autor, permite entendê-la como princípio de atribuição, responsabilização e circulação do discurso.

A tentação é grande para quem escreve o livro de fazer a lei de todo esse lampejo de simulacros, de lhe prescrever uma forma, de lhe atribuir uma identidade, de lhe impor uma marca que lhe dê um certo valor constante. ‘Eu sou o autor: olhem meu rosto ou meu perfil. [...] Eu sou o monarca das coisas que eu disse e eu tenho sobre elas uma eminente soberania: a da minha intenção e do sentido que eu quis lhe dar’. (Foucault, 1972, p. 5)

Nessa perspectiva, a presença da Inteligência Artificial Generativa na escrita acadêmica não elimina a autoria humana, mas a reconfigura, uma vez que o estudante permanece como sujeito responsável pela seleção, validação, organização e apresentação do conteúdo produzido. Essa formulação dialoga diretamente com o DSC, pois os participantes reconhecem que a IAG pode atuar como apoio, mas não substitui a responsabilidade do discente pelo texto final nem pelo processo intelectual que sustenta sua produção.

A preocupação com plágio e autoria não se restringe, portanto, ao risco de cópia, mas alcança o próprio cerne do processo de aprendizagem. Como se observa no Discurso do Sujeito Coletivo, a IAG pode ser utilizada como apoio, porém seu uso como “atalho para burlar o esforço acadêmico é antiético” (DSC, 2025). Essa formulação indica que, na perspectiva discente, o problema ético não reside apenas no produto final apresentado, mas também no esvaziamento de etapas formativas fundamentais, como leitura, compreensão, reflexão e elaboração própria. O desafio central, contudo, encontra-se na fronteira entre inspiração e cópia, descrita no próprio DSC (2025) como uma linha “cada vez mais tênue”, o que evidencia a necessidade de maior clareza por parte das normativas universitárias. A incerteza sobre o que efetivamente configura plágio em contextos mediados por IAG constitui, assim, elemento adicional de tensão, ao produzir insegurança quanto aos limites do uso legítimo da ferramenta no espaço acadêmico.

A preocupação com o plágio aparece, nesse contexto, como um dos eixos mais expressivos do material empírico. O DSC (2025) mostra que os estudantes associam o plágio não apenas à cópia literal, mas também ao uso indevido de conteúdos gerados por IAG sem compreensão, sem reflexão e sem elaboração própria. O problema, portanto, não se restringe à origem do texto, mas alcança as condições de sua produção e de sua apropriação acadêmica. Esse deslocamento

torna a discussão mais complexa, pois o uso da IAG passa a exigir critérios mais precisos para distinguir apoio técnico, colaboração mediada e apropriação indevida.

Essa complexidade pode ser aprofundada a partir das discussões de Carvalho, Pimentel e Silveira (2024) e de Vinchon et al. (2023), ao abordarem a noção de co-cri-IA-ção. Tal conceito permite compreender que a produção mediada por IAG pode envolver diferentes graus de participação humana, desde usos instrumentais até formas mais complexas de interação colaborativa entre sujeito e tecnologia. No entanto, essa participação compartilhada não elimina a centralidade da responsabilidade humana. Ao contrário, reforça a necessidade de explicitar o lugar da ferramenta no processo de elaboração e de reconhecer que a autoria acadêmica permanece vinculada à capacidade de seleção, curadoria, interpretação e resposta crítica do estudante diante do conteúdo produzido.

Nesse sentido, a noção de autoria híbrida, presente em Souza (2026), oferece importante chave de leitura para os dados empíricos. Em vez de compreender o uso da IAG unicamente como fraude ou como neutralidade técnica, os resultados sugerem a emergência de formas híbridas de produção textual, nas quais a tecnologia participa da construção do texto, mas não substitui, necessariamente, a responsabilidade autoral. O próprio DSC (2025) aponta essa distinção ao afirmar que a IAG “pode ser usada como apoio”, mas que seu uso como “atalho para burlar o esforço acadêmico” compromete autoria e honestidade acadêmica. A fronteira entre autoria e plágio passa, assim, a depender do grau de intervenção humana, da elaboração própria e da transparência do uso tecnológico.

Os resultados sugerem, portanto, que a autoria híbrida não representa a substituição da autoria humana pela Inteligência Artificial Generativa, mas sua reconfiguração. A participação da IAG desloca parte das atividades de redação,

organização e síntese do texto, sem eliminar o compromisso do estudante com a produção do conhecimento. A autoria permanece vinculada ao exercício do julgamento crítico, da curadoria das informações e da responsabilidade pelas decisões intelectuais que estruturam o trabalho acadêmico.

A discussão sobre autoria e plágio também pode ser relacionada ao conceito de autonomia. Fabre-Trocmé (2004) compreende a autonomia como percurso formativo no qual o estudante age, decide e elabora por si mesmo. Aplicada ao contexto da IAG, essa formulação permite problematizar situações em que a tecnologia, em vez de apoiar a aprendizagem, passa a substituir etapas centrais do trabalho intelectual, como leitura, interpretação, escrita e reelaboração. Esse aspecto aparece de modo convergente no DSC (2025) quando se afirma que copiar respostas prontas “sem entender ou refletir sobre o conteúdo” esvazia o processo de aprendizagem. A preocupação com o plágio, portanto, não se limita à infração normativa, mas se articula à preservação da autonomia intelectual como dimensão constitutiva da formação acadêmica. Fabre-Trocmé (2004) traz a ideia de autonomia como percurso, entendendo que “o percurso do aprendente compreende um espaço tempo em que o aprendente age sozinho” (p. 33).

Nessa perspectiva, o plágio assume significado que ultrapassa sua dimensão normativa. Os discursos sugerem que a principal perda decorrente do uso acrítico da IAG não é apenas a infração às normas acadêmicas, mas o enfraquecimento do percurso formativo do estudante. Preservar a autoria significa, portanto, preservar também os processos intelectuais que caracterizam a aprendizagem universitária.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre autoria, plágio e confiabilidade do conteúdo produzido. Os dados da seção incluem preocupações com informações falsas, referências inventadas e conteúdo sem base científica,

evidenciando que a responsabilidade autoral não pode ser dissociada da veracidade e da consistência das informações mobilizadas no texto acadêmico. Recuero e Gruzd (2019), ao discutirem a circulação de informações falsas em ambientes digitais, contribuem para compreender que a credibilidade do discurso depende de práticas de verificação, contextualização e responsabilização. No contexto da produção acadêmica mediada por IAG, isso significa que o estudante não apenas assina o texto, mas responde pela qualidade epistemológica do que apresenta, mesmo quando o conteúdo foi inicialmente sugerido por um sistema automatizado.

O DSC (2025) também introduz uma dimensão institucional relevante ao afirmar que “a linha entre inspiração e cópia se torna cada vez mais tênue, e isso precisa ser discutido com clareza nas instituições”. Essa formulação sugere que autoria e plágio não constituem apenas questões individuais, mas problemas que demandam mediação pedagógica e normatização acadêmica. Os estudantes indicam ausência de critérios mais claros, insegurança quanto aos limites do uso acadêmico da IAG e percepção de que, muitas vezes, prevalece uma lógica punitiva em vez de orientadora. Gallent-Torres, Zapata-González e Ortego-Hernando (2023) contribuem para essa reflexão ao mostrarem que a automação da escrita e da produção de respostas reconfigura os papéis de estudantes e professores na construção do conhecimento, exigindo novos referenciais pedagógicos para a preservação da integridade intelectual.

Essa necessidade de parâmetros pode ser ainda reforçada por Ferreira e Santos (2022) e Sobrinho (2023), ao apontarem a importância de regulação, transparência e responsabilização no uso de sistemas de inteligência artificial. Embora esses autores se situem em uma discussão mais ampla sobre governança tecnológica, suas contribuições permitem aproximar a análise da escrita acadêmica mediada por IAG da necessidade de construção de critérios institucionais que



orientem a explicitação do uso da ferramenta, a preservação da autoria humana e a prevenção de práticas configuradas como plágio ou desonestidade acadêmica.

Desse modo, os dados da seção, articulados ao DSC (2025), permitem compreender que autoria e plágio, em atividades acadêmicas mediadas por IAG, não se apresentam como categorias excludentes, mas como polos de uma tensão que exige redefinições conceituais, pedagógicas e institucionais. A autoria permanece vinculada à responsabilidade humana pela produção, revisão e validação do texto, enquanto o plágio passa a incluir formas de apropriação indevida em que a mediação tecnológica substitui o trabalho intelectual do estudante sem compreensão, sem elaboração própria e sem compromisso com a integridade acadêmica. Assim, os achados apontam para a necessidade de compreender a escrita acadêmica mediada por IAG a partir de uma lógica de autoria híbrida com responsabilidade humana, em vez de restringi-la a uma oposição simplificada entre originalidade plena e fraude automática.

FORMAÇÃO INICIAL E DEMANDAS INSTITUCIONAIS PARA O USO ÉTICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Figura 2: Medidas que os participantes acham que as universidades devem adotar para promover o uso responsável e ético da IA título da figura



Fonte: Os Autores

Os dados desta figura, levantados a partir de dados coletados por meio de escala Likert (1 a 5), evidenciam elevado nível de concordância com iniciativas formativas, normativas e pedagógicas. Os achados indicam uma tendência de valorização de ações institucionais estruturadas, com destaque para a formação acadêmica, diretrizes institucionais e integração curricular da IAG. No que se refere à oferta de formações específicas sobre IAG, nota-se que 57,58% dos respondentes concordam totalmente com essa medida, enquanto 9,09% concordam parcialmente. Em contrapartida, apenas 5,30% discordam totalmente e 4,54% discordam parcialmente, evidenciando ampla aceitação da formação como estratégia central.



Quanto à inclusão de diretrizes institucionais claras, os resultados são ainda mais expressivos: 59,85% dos participantes concordam totalmente e 10,61% concordam parcialmente. Os níveis de discordância são significativamente baixos, com 2,27% de discordância total e 5,30% parcial, indicando consenso sobre a importância de normativas institucionais.

No que diz respeito à criação de comitês ou grupos de acompanhamento do uso da IAG, 45,45% dos respondentes demonstram concordância total e 19,70% parcial. Entretanto, observa-se uma leve elevação na neutralidade (25,76%), sugerindo que, embora reconhecida como relevante, essa medida ainda carece de maior compreensão ou visibilidade entre os discentes.

A inserção da IAG nos currículos acadêmicos também foi amplamente valorizada, com 52,27% de concordância total. Contudo, este item apresentou maior dispersão nas respostas, com 11,36% de discordância total e 9,85% parcial, além de 16,67% de posicionamento neutro, o que pode indicar divergências quanto à forma ou profundidade dessa integração curricular. Por fim, a promoção de debates interdisciplinares sobre IAG obteve 56,82% de concordância total e 14,39% parcial. A discordância permanece baixa (3,03% total e 6,82% parcial), reforçando a percepção positiva sobre espaços dialógicos e reflexivos no ambiente acadêmico.

Os resultados evidenciam uma forte inclinação dos discentes em favor de medidas institucionais que promovam o uso responsável da IAG. Destacam-se, sobretudo, a valorização da formação específica e a existência de diretrizes institucionais claras. Ainda que algumas estratégias, como a criação de comitês e a inserção curricular, apresentem maior variabilidade nas respostas, o panorama geral aponta para uma demanda de políticas educacionais estruturadas, éticas e formativas.

Dessa forma, entende-se que as instituições de Ensino Superior devem investir em ações integradas que articulem

formação, regulamentação e práticas pedagógicas inovadoras, garantindo não apenas o uso técnico da IA, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética por parte dos estudantes.

Esse resultado pode ser analisado à luz de quatro princípios recorrentes nas discussões contemporâneas sobre governança ética da IAG: transparência, accountability, supervisão humana e proteção de direitos humanos e da dignidade. A transparência diz respeito à clareza sobre como a tecnologia é utilizada, com que finalidade, em quais atividades e sob quais critérios acadêmicos. No gráfico, esse princípio se relaciona diretamente à elevada concordância com a necessidade de diretrizes institucionais claras, pois os estudantes indicam que o uso da IAG não deve permanecer em uma zona cinzenta, dependente apenas de interpretações individuais. A accountability, aqui entendida como responsabilização institucional e definição explícita de deveres, aproxima-se da demanda pela criação de comitês ou grupos de acompanhamento sobre IAG e pela formulação de regras que permitam avaliar, orientar e revisar práticas acadêmicas mediadas por tecnologia.

Os resultados permitem compreender que a mediação institucional ultrapassa a função normativa tradicional. Ao estabelecer critérios para o uso da Inteligência Artificial Generativa, orientar formas de explicitação da participação da tecnologia e definir parâmetros para avaliação acadêmica, a universidade também participa da constituição das condições pelas quais determinados sujeitos são reconhecidos como autores de seus discursos. Nessa perspectiva, a mediação institucional não apenas regula práticas acadêmicas, mas produz referências de legitimidade para a autoria em contextos mediados por Inteligência Artificial Generativa.

A supervisão humana refere-se à necessidade de que decisões acadêmicas e pedagógicas não sejam delegadas integralmente à tecnologia, preservando a mediação de

professores e instituições; esse princípio se conecta aos dados que defendem formações específicas e integração curricular, uma vez que os estudantes associam o uso ético da IAG à presença de orientação qualificada. Por fim, a proteção de direitos humanos e da dignidade envolve garantir que o uso da IAG não comprometa autoria, integridade acadêmica, privacidade, equidade e condições justas de avaliação; nesse caso, a defesa de debates interdisciplinares sobre IAG, ética e sociedade sugere que os participantes reconhecem que a discussão ultrapassa o plano técnico e alcança dimensões humanas, sociais e educacionais mais amplas.

Esses princípios podem ser relacionados ao documento “Recomendação sobre a ética da inteligência artificial” (UNESCO, 2021), adotado pela UNESCO em novembro de 2021, que apresenta a proteção dos direitos humanos e da dignidade como pedra angular da recomendação e enfatiza princípios como transparência e explicabilidade e a importância da supervisão humana dos sistemas de IAG. A UNESCO afirma ainda que os sistemas devem ser auditáveis e rastreáveis, e que os Estados devem assegurar que a IAG não substitua a responsabilidade humana final.

No campo educacional, essas diretrizes foram desdobradas pela UNESCO no documento “Guidance for generative AI in education and research” (UNESCO, 2023), publicado em 2023, que propõe uma abordagem centrada no humano para a regulação e o uso pedagógico da IAG. O documento destaca a necessidade de proteção de dados e privacidade, de desenvolvimento de capacidades humanas e de processos de validação ética e pedagógica adequados à idade e ao contexto de uso. Também observa que a ausência de regulações nacionais deixa usuários desprotegidos e instituições pouco preparadas para validar essas ferramentas.

No caso da Figura 2, a forte adesão às medidas de formação específica e diretrizes claras aproxima-se do princípio de transparência, pois os estudantes sinalizam que o uso ético da

Inteligência Artificial Generativa depende de regras compreensíveis e compartilhadas. A valorização da criação de comitês ou grupos de acompanhamento aproxima-se da accountability, pois sugere a necessidade de instâncias responsáveis por monitorar, orientar e revisar usos acadêmicos da tecnologia. A concordância com a inserção do tema nos currículos de graduação e pós-graduação indica que a supervisão humana, no espaço universitário, precisa assumir forma pedagógica e curricular, e não apenas disciplinar.

Portanto, os dados sugerem que a universidade é compreendida pelos estudantes como espaço de construção de referenciais éticos compartilhados. A elevada concordância com medidas relacionadas à formação, regulamentação e debates interdisciplinares evidencia que a mediação institucional é percebida não apenas como mecanismo de controle, mas como condição para o desenvolvimento de práticas acadêmicas responsáveis. Sob essa perspectiva, orientar o uso da Inteligência Artificial Generativa significa também produzir critérios coletivos capazes de sustentar a autoria, a integridade acadêmica e a confiança na produção do conhecimento.

Já o apoio à promoção de debates interdisciplinares sobre IAG, ética e sociedade evidenciam que os estudantes reconhecem que o uso ético da tecnologia deve ser discutido em conexão com direitos, justiça, dignidade, desigualdades e impactos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar as percepções de estudantes do Ensino Superior acerca das implicações éticas do uso da Inteligência Artificial Generativa em atividades acadêmicas, com ênfase nas questões de autoria, plágio, confiabilidade das informações e integridade acadêmica. A

partir da articulação entre dados empíricos de natureza qualitativa, analisados por meio do Discurso do Sujeito Coletivo, e dados quantitativos provenientes de escala Likert, foi possível compreender que o uso da IAG no contexto universitário não se configura como prática neutra, mas como um fenômeno atravessado por tensões epistemológicas, pedagógicas e institucionais.

Os resultados evidenciam que os discentes demonstram elevada consciência ética em relação ao uso da tecnologia, com 89,3% afirmando refletir frequentemente ou ocasionalmente sobre seus riscos. No entanto, essa reflexão não é acompanhada por formação institucional sistematizada, uma vez que apenas 9,8% dos participantes relataram ter recebido orientação formal sobre o uso ético da IAG. Tal assimetria revela um cenário em que a construção de critérios éticos ocorre predominantemente de forma individual, marcada por incertezas, lacunas conceituais e ausência de mediação pedagógica estruturada.

No que se refere às questões de autoria e plágio, os dados indicam que os estudantes reconhecem a complexidade emergente da produção acadêmica mediada por IAG, especialmente diante da diluição das fronteiras entre autoria humana e geração automatizada de conteúdo. Nesse contexto, emerge a noção de autoria híbrida, na qual a tecnologia participa do processo de produção textual, sem, contudo, eliminar a responsabilidade do sujeito pelo conteúdo final. Os achados reforçam que a ética acadêmica, nesse cenário, desloca-se de uma lógica centrada exclusivamente na originalidade textual para uma perspectiva que valoriza a elaboração própria, a compreensão crítica e a responsabilidade sobre a informação mobilizada.

Além disso, as preocupações com confiabilidade, viés algorítmico e produção de informações imprecisas evidenciam que a integridade acadêmica não pode ser dissociada da qualidade epistemológica do conhecimento

produzido. O uso da Inteligência Artificial Generativa exige, portanto, o desenvolvimento de competências relacionadas à verificação, validação e curadoria da informação, reafirmando o papel ativo do estudante no processo de construção do conhecimento.

A leitura desse resultado também permite compreender que a autoria, no contexto da IAG, desloca-se de uma perspectiva centrada exclusivamente na produção material do texto para uma compreensão fundamentada na responsabilidade intelectual sobre o discurso produzido. Sob a ótica da função-autor foucaultiana, permanece sendo o estudante quem responde pelas escolhas metodológicas, pelos argumentos selecionados, pela validação das informações e pela circulação social do conhecimento, ainda que parte do processo de escrita seja mediada por sistemas inteligentes. Assim, a IAG participa da atividade acadêmica, mas não assume a posição de autora do discurso.

No âmbito institucional, os dados quantitativos revelam forte concordância dos discentes com a necessidade de ações estruturadas para o uso responsável da IAG, com destaque para a oferta de formação específica (57,58% de concordância total), a definição de diretrizes claras (59,85%) e a promoção de debates interdisciplinares (56,82%). Esses resultados indicam uma demanda consistente por maior transparência, orientação pedagógica e regulamentação no contexto universitário, alinhando-se a princípios internacionais de governança ética da IAG, como aqueles propostos pela UNESCO.

A principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que os desafios decorrentes da Inteligência Artificial Generativa não podem ser compreendidos apenas como questões tecnológicas. Os discursos dos estudantes evidenciam que autoria, ética e mediação institucional constituem dimensões indissociáveis da integridade acadêmica e da formação universitária contemporânea. Mais do que regulamentar o uso da IAG, torna-se necessário

fortalecer processos formativos capazes de desenvolver autonomia intelectual, responsabilidade acadêmica e pensamento crítico diante das novas formas de produção do conhecimento.

Diante desse cenário, conclui-se que o desafio central não reside na aceitação ou rejeição da Inteligência Artificial Generativa no Ensino Superior, mas na construção de condições pedagógicas, éticas e institucionais que orientem seu uso de forma crítica, responsável e formativa. A ausência de diretrizes claras tende a deslocar para o estudante uma responsabilidade que deveria ser compartilhada com a instituição, ampliando inseguranças e fragilizando a integridade acadêmica.

Do ponto de vista científico, este estudo contribui para ampliar o debate acerca da Inteligência Artificial Generativa na Educação Superior ao interpretar os discursos discentes a partir da Educação em Direitos Humanos. Os resultados sugerem que autoria, ética e mediação institucional constituem dimensões indissociáveis da formação universitária contemporânea, evidenciando que a incorporação da IAG demanda não apenas regulamentação, mas também processos educativos voltados ao desenvolvimento da autonomia intelectual, da responsabilidade acadêmica e da cidadania digital.

Como contribuição, o estudo propõe a compreensão da escrita acadêmica mediada por IAG a partir da noção de autoria híbrida com responsabilidade humana, destacando a necessidade de redefinição dos critérios de autoria, plágio e avaliação no contexto contemporâneo. Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das práticas docentes, das políticas institucionais e dos impactos da IAG na formação acadêmica, contribuindo para a consolidação de um uso ético, crítico e pedagogicamente orientado dessas tecnologias no Ensino Superior.



Como toda investigação qualitativa, este estudo apresenta limitações relacionadas ao contexto empírico analisado, especialmente quanto à predominância de participantes da Região Sudeste e à utilização de amostragem não probabilística, aspectos que recomendam cautela na generalização dos resultados. Pesquisas futuras poderão ampliar esse debate por meio de estudos comparativos entre diferentes contextos institucionais, áreas do conhecimento e níveis de formação, aprofundando a compreensão sobre os impactos da Inteligência Artificial Generativa na Educação Superior e sobre o papel das universidades na consolidação de políticas de governança alinhadas aos princípios da Educação em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BAUER, M.W.; GASKELL, G. (eds). **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2017.

BITTENCOURT, I. I.; COSTA, E. B. **Inteligência artificial na educação superior: conceitos, aplicações e desafios**. São Paulo: Blucher, 2020.

CARVALHO, F.; PIMENTEL, M. Estudar e Aprender com o Chatgpt. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 20, p. 001-021, 2023.

FABRE-TROCMÉ, H. **A Árvore do Saber-Aprender: rumo a um referencial cognitivo**. São Paulo: Troin, 2004.



FERREIRA, A. F.; SANTOS, J. D. Inteligência artificial e regulação no Brasil: desafios éticos e legais. **Revista Brasileira de Direito**, v. 15, n. 3, 2022.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLEN-TORRES, C.; ZAPATA-GONZÁLEZ, A.; ORTEGO-HERNANDO, J. L. El impacto de la inteligencia artificial generativa en educación superior: una mirada desde la ética y la integridad académica. **RELIEVE. Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa**, v. 29, n. 2, p. 1-21, 2023.

GARCIA, A. C. Ética e Inteligência Artificial. **Revista da Sociedade Brasileira de Computação**, n. 43, p. 55-62, 2020.

GRANÉ, M. Implementación de ChatGPT en el aula. In: RIBERA, M.; DÍAZ, O. **ChatGPT y educación universitaria: posibilidades y límites**. Barcelona: Octaedro, 2024.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa: desdobramentos**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2008.



ALMEIDA NETO, J. R. M.; MELLO, C. M.; PETRILLO, R. P. **Educação 5.0. Educação para o Futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2002.

MORAN, J. M., MASSETTO, M. T., BEHRENS M. A. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas: Papirus, 2012.

PIMENTEL, M.; CARVALHO, F.; SILVEIRA, V. **IA Generativa pode ser coautora? Tríade: comunicação, cultura e arte**. Sorocaba, SP, v. 12, n. 25, 2024.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, São Paulo, n. 41, p. 1-47, maio-ago. 2019.

ROMERO, C.; VENTURA, S. Educational data science in massive open online courses. **WIREs Data Mining and Knowledge Discovery**, v. 7, n. 1, 2017.

SANTAELLA, L. **A inteligência artificial é inteligente?** São Paulo: Almedina, 2023.

SCHMIDHUBER, J. Deep learning in neural networks: an overview. **Neural Networks**, v. 61, p. 85-117, jan. 2015.

SOBRINHO, M. F. Riscos e desafios da inteligência artificial a direitos humanos e fundamentais no contexto brasileiro atual. **Revista Jurídica Direito & Realidade**, v. 107, p. 107-124, 2023.

SOUZA, H. R. M. **Ética e inteligência artificial na Educação: desafios e possibilidades para os discentes do Ensino Superior**. 2026. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2026.



UNESCO. **Recomendação sobre a ética da inteligência artificial.** Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research.** Paris: UNESCO, 2023.

VINCHON, F. et al. Artificial Intelligence & Creativity: A Manifesto for Collaboration. **The Journal of Creative Behavior**, v. 57, n. 4, p. 472-484, 2023.

VINUTO, J. A. amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas, Campinas**, a. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

Recebido em 21 de maio de 2026.

Aprovado em 12 de agosto de 2026.